

A Extensão Rural e os Clubes Agrícolas Escolares no Rio Grande do Sul

Isabel Rosa Gritti ¹, Silvana Maria Gritti ²

RESUMO

Este artigo objetiva mostrar o papel dos clubes agrícolas escolares das escolas primárias rurais no Rio Grande do Sul no período da expansão da modernização agrícola, particularmente no período de 1960 a 1980. A modernização agrícola e, por decorrência, a Revolução Verde chegavam até os pequenos agricultores via extensão rural, implementada pela EMATER/RS-ASCAR neste estado sulino. Várias foram as ações desenvolvidas junto aos pequenos produtores rurais e seus filhos para que a tecnificação agrícola, os pacotes tecnológicos, o crédito subsidiado estivessem presentes no processo produtivo do agricultor. As ações extensionistas coordenadas por técnicos atingiam, por diferentes estratégias, a totalidade do grupo familiar: o proprietário, sua esposa e seus filhos. Os filhos que frequentavam a escola participavam das atividades no clube agrícola escolar, uma das instituições integrantes da escola. Um professor era o responsável pelo mesmo e por planejar as tarefas do clube agrícola ao longo do período letivo. A discussão aqui desenvolvida está amparada nos documentos da EMATER/RS-ASCAR, dos livros de atas das escolas primárias rurais e da Revista do Ensino do CPOE/RS.

Palavras-chave: Rockefeller Foundation; Latin American Scholarship Program in Agriculture; scholars; training; scholarship.

¹ Doutora em História do Brasil (PUCRS). Professora Associada da UFFS –Erechim-RS. ORCID: 0000-0003-3208-3309. E-mail: isabel.gritti@uffrs.edu.br
E-mail: isabel.gritti@uffrs.edu.br

² Doutora em Educação (UFRGS). Professora Associada da UNIPAMPA-Jaguarão-RS. ORCID: 0000-0002-8914-7847. E-mail: silvanagritti@unipampa.edu.br

Neste artigo, discutimos o papel dos Clubes Agrícolas Escolares como agentes de Extensão Rural ante os estudantes das Escolas Primárias Rurais no Rio Grande do Sul (RS). Constituídos na década de 1950, estes clubes escolares tiveram intensa atuação junto aos jovens rurais que frequentavam a escola.

Na mesma época, foram criados os Clubes 4-S,³ inspirados no modelo norte-americano 4-H.⁴ Dentre outras formas de expansão da Extensão Rural, as duas instituições – Clubes 4-S e Clubes Agrícolas Escolares – tinham o objetivo de modernizar a agricultura, especialmente a da pequena propriedade. Ambas foram transplantadas dos Estados Unidos para o Brasil no contexto da Guerra Fria e da modernização do campo. Tal modernização era defendida como a solução para o aumento da produtividade agrícola, necessária para eliminar a fome, presente em vários países. Para alguns autores, esse primeiro momento da modernização agrícola via Extensão Rural era apresentada como uma questão humanitária: acabar com a fome. Mas encobria poderosos interesses de grandes corporações, sobretudo norte-americanas, detentoras de pacotes tecnológicos difundidos sob o manto humanitário⁵.

Assim, a tecnificação, o intenso uso de pesticidas e o crédito agrícola eram apresentados aos camponeses dos países pobres, tornando-os dependentes do sistema financeiro e dos pacotes tecnológicos. Inseridos nesse contexto mundial, os Clubes Agrícolas Escolares vieram desempenhar seu papel “modernizante” junto aos estudantes das Escolas Primárias Rurais, não obstante existirem também dentro das escolas urbanas, como uma instituição escolar.

³ Os clubes 4-S (Sentir-Saber-Servir-Saúde) são uma adaptação brasileira da rede internacional dos clubes 4-H, conforme Leonardo Ribeiro Gomes, “Circulação de prescrições para a formação da juventude rural no Brasil e nos Estados Unidos: a experiência dos Clubes 4-S e 4-H no pós Segunda Guerra Mundial” (tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019), p. 18 e 182-183, <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAES-BEMJVB>. Outro pesquisador dos clubes 4-S os considera uma tradução dos clubes 4-H: Claiton Marcio da Silva, “Saber, Sentir, Saber e Saúde: A construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4-S, SC, 1970-1985” (dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002), p. 35, acesso em 20 jan. 2022, <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83610>.

⁴ Os grupos juvenis 4-H são um tipo de atividade extracurricular, iniciada em 1902, em diversos pontos dos Estados Unidos, a fim de conectar a educação pública com a vida rural. Seu lema inicial *Head-Heart-Hands-Health* (cabeça, coração, mãos, saúde) originou a denominação “clubes 4-H”, formalizada em 1912, e a rede nacional passou a ser administrada em 1914, até hoje, por uma divisão do Ministério da Agricultura (United States Agriculture Department), conforme Silva 2002, UFSC (Dissertação de Mestrado), acesso em 20 de jan. 2022, <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/83610>.

⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. VI.

A discussão é aqui apresentada a partir da análise de documentos da EMATER/RS-ASCAR⁶ disponibilizados na biblioteca digital sob a responsabilidade da empresa.⁷ Esses materiais mostram o trabalho dos técnicos da EMATER/RS-ASCAR enquanto extensionistas junto aos Clubes 4-S. Da mesma forma, os estudos existentes de documentos de escolas rurais revelam a atuação dos professores e de técnicos da EMATER/RS no sentido de “ensinar”, através de demonstrações, as novas formas de produzir. O estudo desses documentos é acompanhado da análise de outras obras que versam sobre a temática.

Nosso objetivo é mostrar a ação extensionista dos Clubes Agrícolas Escolares com o propósito de introduzir a denominada Revolução Verde junto às pequenas propriedades, até então policultoras e amparadas em técnicas e saberes acumulados ao longo do tempo.

2. A Revolução Verde e o Contexto de seu Surgimento

No ano de 1956, ano posterior à fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), a mesma publica um documento instituindo o Crédito Rural Supervisionado para a Agricultura no Rio Grande do Sul, redigido pelo engenheiro-agrônomo Bento Pires Dias, seu Diretor Executivo. Argumenta o texto que a ASCAR tem o papel de aglutinar e coordenar recursos materiais e humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento da agricultura e do bem-estar das populações rurais, através da assistência técnica e do Crédito Rural Supervisionado. Para tanto, a ASCAR firma convênio com os Estados Unidos para a implantação de um Programa de Extensão Agrícola e Crédito Rural Supervisionado. Acredita que, conjugando esforços e com sintonia de diretrizes entre Governo e classes produtoras, os complexos problemas sócio-econômicos da agricultura serão resolvidos, uma vez que a iniciativa se fundamenta na racionalização da atividade, na elevação da

⁶ Em 14 de março de 1977 foi criada a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), que se somou à ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural), fundada em 2 de junho de 1955. Juntas, ambas executam as políticas públicas na área, hoje em ligação com a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), conforme notícia oficial da EMATER/RS, acessada em 20 jan. 2022, https://www.emater.tche.br/site/multimedia/noticias/detalhe-noticia.php?id=31072#.Ye3Gi_7MLIU.

⁷ Biblioteca digital da EMATER/RS, <https://www.emater.tche.br/site/servicos/biblioteca.php#>.

produtividade e na melhoria das condições de vida dos produtores rurais e seus familiares.

Com este propósito patriótico firmou um Convênio, em 7 de julho de 1955, com a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério da Agricultura e Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos para a Implantação, neste Estado, de um Programa de Extensão Agrícola e Crédito Supervisionado, que recebeu designação de Escritório Técnico de Agricultura, Projeto 11 ASCAR.⁸

Argumento importante apresentado pelo Diretor Executivo da ASCAR é a elevação da produtividade, necessidade apontada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em decorrência de o drama da fome atingir um número significativo de países, além do contexto da Guerra Fria. No tempo posterior à Segunda Guerra Mundial (1942-1945), Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) emergem como grandes potências que disputam o domínio de territórios, especialmente do mundo pobre, e sobre este buscam implementar estratégias de submissão⁹. Não ocorrem conflitos armados envolvendo diretamente as duas potências, mas sim uma guerra econômica, cultural, política e técnica. A questão da fome, sofrida por um elevado contingente populacional, poderia ser solucionada através do aumento da produtividade agrícola. Para tanto, seria necessária uma nova forma de agricultura. Segundo Alves, pretendia-se com isso

causar uma revolução na produção de alimentos, formulada por fundações filantrópicas americanas (Fundação Rockefeller e Fundação Ford) ligadas a grandes grupos empresariais e industriais. Essa revolução era defendida e difundida desde a década de 1950 e ficou conhecida como “Revolução Verde”. A proposição das instituições filantrópicas, com o apoio do governo americano e da FAO, veio ao encontro dos anseios de muitos governos de países em relação à tecnologia agrícola. A partir disso utilizou-se o pacote tecnológico da

⁸ Bento Pires Dias, *Instituição do Crédito Rural Supervisionado no Rio Grande do Sul*. Escritório técnico de agricultura. Projeto nº 11 – ASCAR. Exposição apresentada pelo engenheiro-agrônomo Bento Pires Dias, Diretor Executivo (Porto Alegre: ASCAR, 1956), p. 3. Folheto digitalizado, 30 p., Biblioteca digital da EMATER/RS, <http://hdl.handle.net/20.500.12287/34>.

⁹ DIAS, Bento Pires. *Instituição do crédito rural supervisionado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Folheto / 1956. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12287/34>

Revolução Verde na agricultura mundial a fim de aumentar a oferta de alimentos no mundo.¹⁰

Ainda segundo o mesmo pesquisador,¹¹ o capital internacional, especialmente o americano, eram direcionados para a agricultura brasileira através da Fundação Rockefeller. Para a consecução deste objetivo, a criação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) foi importante. Além disso, sua expansão pelo território nacional via Extensão Rural com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coordenada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), foi decisiva. Mazoyer e Roudart nos dizem que

após a Segunda Guerra Mundial, centros internacionais de pesquisas agrícolas, financiados pelas grandes fundações privadas americanas (Ford, Rockefeller) selecionaram variedades de alto rendimento de arroz, de trigo e de soja, muito exigentes em adubos e em produtos de tratamento, colocando em prática, em estação experimental, os métodos de cultivo correspondentes. Nos anos 1960-1970, as difusões dessas variedades e desses métodos de cultivo permitiram aumentar significativamente os rendimentos e a produção de grãos em muitos países da Ásia, da América Latina e, em menor grau, da África.¹²

Mazoyer e Roudart destacam que

o esforço de pesquisa orientou-se sobretudo em direção aos sistemas de produção mais especializados e para os métodos de cultivo padronizados (os famosos “pacotes técnicos”), em conformidade com as condições encontradas nas propriedades agrícolas relativamente bem equipadas. Os sistemas de produção complexos (cultivos associados, sistemas mistos combinando cultivos, criações e arboricultura ou até piscicultura...) – com seus métodos de cultivo flexíveis e diversificados, menos arriscados, menos consumidores de insumos, menos exigentes em trabalho, e, portanto, mais bem adaptados às necessidades e às possibilidades dos pequenos estabelecimentos subequipados – foram negligenciados. Concebida dessa forma, a revolução verde permitiu aumentar muito fortemente a produção em vários países, mas pouco podia, pelo menos em seu início, contribuir para salvar e desenvolver a agricultura

¹⁰ Clóvis Tadeu Alves, “A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS, 1930-1970” (dissertação de mestrado, Universidade de Passo Fundo, RS, 2013), p. 18-19.

¹¹ C. T. Alves, “A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS” (2013).

¹² Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, *História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea*, trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira (São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010), p. 500.

camponesa pobre das regiões pouco favorecidas dos países em desenvolvimento.¹³

O surgimento da ASCAR em 1955 ocorre justamente nesse contexto da Guerra Fria. A tecnologia era considerada uma “arma de guerra”, na medida em que o capital e a técnica norte-americanos se expandiam pelo Brasil, subordinando os produtores, especialmente os pequenos, via Crédito Rural e uso da tecnificação agrícola, abrindo caminho para a “Revolução Verde”, caracterizada pelo uso de pacotes tecnológicos e utilização intensa de agrotóxicos.

Os passos iniciais da Revolução Verde datam da década de 1950, expandindo-se nos anos 1960 e 1970, quando no Brasil se vivia uma ditadura. O trabalho de Extensão Rural da EMATER/RS-ASCAR foi norteado pelos princípios da Revolução Verde. Podemos inferir essa relação a partir do material disponibilizado aos pequenos produtores, sujeitos envolvidos na Extensão Rural. Em um folder de 1977, com a chamada “A receita dos 25 sacos”, detalham-se os passos, as quantidades e os grupos dos diversos fungicidas que devem ser aplicados ao trigo para impedir as doenças que reduzem a produtividade. Em se aplicando corretamente, a produtividade se elevaria. Uma ilustração no folder apresenta um agricultor lamentando a baixa produtividade do trigo, que era de 15 sacas por hectare, perdas ocasionadas pelas doenças. Ao lado, outro agricultor alegrando-se pela produção de 25 sacas de trigo por hectare. Isso graças aos fungicidas aplicados a partir de um plano de tratamento indicado por um engenheiro-agrônomo, tratamento financiado pelo banco.¹⁴

Pela ilustração e pelas demais informações do documento, fica claro a propaganda e a busca pelos fungicidas e pesticidas como garantia de elevada produtividade. A expansão do pacote tecnológico é permanente. Não se encerra na década de 1970. O Boletim de 1981, publicado pela EMATER/RS, comemorativo aos dez (10) anos da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT), com apresentação do Secretário da Agricultura, Balthazar de Bem e Canto, traz como

¹³ M. Mazoyer e L. Roudart, *História das Agriculturas no Mundo* (2010), p. 501.

¹⁴ ASCAR, *A Receita dos 25 Sacos* (Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 1977). Folder colorido frente e verso, Biblioteca da EMATER/RS, <http://hdl.handle.net/20.500.12287/24322>.

ilustração da primeira página uma diversidade de máquinas agrícolas dispostas em círculo, com o símbolo da APSAT no centro.

Figura 1. “A receita dos 25 sacos”



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, 1977

O presente programa faz parte de um conjunto de ações que a Secretaria da Agricultura e EMATER-RS, através do programa de apoio a Agricultura de Baixa Renda, estão desenvolvendo para a promoção econômica e social dos pequenos agricultores. A pequena escala de produção se constitui numa séria limitação à promoção econômico-social do pequeno agricultor. Porém, há fatores restritivos a produtividade e a uma melhor situação econômico-financeira da pequena propriedade que podem ser atenuados com a utilização

de ações convenientes, pelo menos no que se refere ao acesso dos pequenos agricultores aos serviços e estímulos governamentais existentes. Uma dificuldade significativa advém do próprio fato de serem os pequenos agricultores bastante numerosos, mormente quando os serviços são prestados individualmente.¹⁵

Uma das dificuldades para o desenvolvimento econômico do pequeno produtor, segundo a Associação, é o tamanho de sua propriedade. Trata-se de minifúndios, que são numericamente expressivos, o que dificulta o atendimento dos mesmos. As causas da existência da pequena propriedade não são apontadas, nem prováveis soluções para a ampliação das mesmas. A solução é o associativismo, que possibilita mecanizar a propriedade e a consequente elevação da produtividade. Os objetivos da APSAT expressam essa intencionalidade. A mecanização da propriedade dos pequenos produtores é o primeiro objetivo da associação, aliada ao mais rápido transporte dos insumos e produtos, bem como a facilidade de acesso ao crédito rural.¹⁶

Da mesma forma, as vantagens de se pertencer à Associação são várias, pois possibilita maior produtividade, uma vez que o acesso à mecanização e ao crédito seriam facilitados. Entre as várias vantagens listadas pela Associação está a “liberação da mão-de-obra familiar para outras atividades”. Podemos nos perguntar se essa liberação de mão-de-obra seria para a atividade industrial, uma vez que na década de 1980 a indústria usa mão-de-obra intensiva. As vantagens oferecidas aos produtores para quem se associar são extremamente atrativas. Possibilitar a mecanização de sua propriedade, ainda que pequena, o libera do trabalho braçal exaustivo, e ainda com custos reduzidos, uma vez que a manutenção dos equipamentos, por exemplo, é custeada por todos os associados, e a mesma redução de custos ocorre com o transporte dos insumos. O acesso ao crédito possibilita um maior investimento na propriedade, o que garante um aumento da produtividade. O crédito destina-se também à melhoria de suas habitações e para a aquisição de eletrodomésticos que contribuam para o aumento da renda familiar – no caso, economia doméstica

¹⁵ EMATER/RS, *10 anos APSAT no Rio Grande do Sul*, Apresentação (Porto Alegre: EMATER/RS–ASCAR, 1981), p. 3. Folheto digitalizado, 33 p., Biblioteca digital da EMATER/RS, <http://hdl.handle.net/20.500.12287/38983>.

¹⁶ EMATER/RS, *10 anos APSAT*, Objetivos (1981), p. 4.

destinada às mulheres. E isso tudo, com a orientação e a supervisão dos técnicos da EMATER/RS-ASCAR via Extensão Rural.

Fernando Hanauer observa que

no cenário político pós Segunda Guerra Mundial, a dualidade de sistemas políticos, entre capitalismo e comunismo, EUA e URSS, reforçou a introdução de projetos extensionistas em territórios estrangeiros. Levando em conta, nesse período em que a grande mecanização se destacava, o aparato tecnocientífico e a manutenção de hierarquias na transformação do pensar o tempo e espaço, os projetos carregavam em si o controle da produção de alimentos e a destinação dos mesmos. Gerando com isso propagandas e dissolução das suas técnicas como positivas, aliando a ciência com o auxílio técnico.¹⁷

A Extensão Rural chegava até os produtores via instituições privadas, como a AIA, e instituições oficiais, como era o caso da ASCAR, posteriormente EMATER/RS no Estado do Rio Grande do Sul. Adotavam-se políticas públicas com o objetivo de incentivar o produtor a aderir às mesmas. A fome vivenciada por enormes contingentes populacionais no período pós Segunda Guerra Mundial era o que movia tais ações. Era preciso produzir alimentos. Para tanto, a tecnologia e o crédito eram considerados essenciais. Nesse sentido, a Extensão Rural ganhou espaço e se consolidou como aliada à Revolução Verde, ou melhor, disseminando a mesma e o capitalismo no campo brasileiro. Para tanto, foram criadas diferentes formas de atuação: a tecnificação, o crédito subsidiado, os Clubes 4-S, os Clubes Agrícolas Escolares, por exemplo.

3. A EXTENSÃO RURAL E OS CLUBES 4-S

A Extensão Rural foi uma das responsáveis pela modernização da agricultura através da difusão da tecnologia e do crédito subsidiado às propriedades agrícolas, independentemente de seu tamanho. No presente artigo, a discussão se centra na pequena propriedade, objeto de atuação da EMATER/RS-ASCAR a partir dos

¹⁷ Luiz Fernando Perondi Hanauer, "Revolução Verde e Planejamentos Governamentais: a Transformação do Setor Agrário no Oeste de Santa Catarina nas Décadas de 1960-1970" (dissertação de mestrado, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2020), p. 30, acesso em 20 jan. 2022, <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4281/1/HANAUER.pdf>.

documentos por nós analisados. Além das visitas e orientações ao agricultor diretamente em sua propriedade, outras estratégias de atuação são implementadas, como os Clubes 4-S e os Clubes Agrícolas Escolares, sendo estes últimos o objeto de nosso estudo.

A ação extensionista visava a atingir toda a comunidade rural. Daí a diversidade de ações. Atuavam diretamente nas propriedades, orientando os proprietários, junto aos jovens – através dos Clubes 4-S – e com as crianças e jovens que frequentavam a escola, com a participação dos mesmos nos Clubes Agrícolas. Weschenfelder nos diz que

autores como Argemiro Jacob Brum consideram que um intenso trabalho foi realizado junto à população rural, no sentido de orientá-la para as transformações necessárias aos novos tempos. Tratava-se de ações que fizeram parte de uma campanha denominada Revolução Verde. Um programa cujo objetivo explícito era o de contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo. Este deu seus primeiros passos por volta de 1943, ainda durante a guerra, quando “uma imagem humanitária, preocupada com a fome e a miséria das populações pobres do mundo, “ocultava poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações internacionais”.¹⁸

Os Clubes 4-S foram uma das estratégias da Extensão Rural para atingir os jovens entre 15 e 25 anos, de ambos os sexos. Nestes clubes, os jovens recebiam a orientação dos extensionistas rurais: um engenheiro-agrônomo ou técnico agrícola, e uma mulher com formação em Economia Doméstica ou Magistério para trabalhar a organização da casa, alimentação, horta, jardinagem, primeiros-socorros com as jovens futuras donas-de-casa. As atividades com os jovens do sexo masculino eram desenvolvidas no sentido de possibilitar o aumento da produtividade agrícola. Eles aprendiam técnicas de mecanização, o acesso ao crédito subsidiado, a importância do associativismo, a aplicação de pesticidas e fungicidas. Além das reuniões, havia produção e distribuição de material impresso que enfatizava a importância da

¹⁸ Noeli Valentina Weschenfelder, “Uma História de Governo e de Verdades. Educação Rural no RS 1950-1970” (tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003), p. 45, <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4154>.

participação dos jovens e a necessidade desses novos aprendizados, que eram desenvolvidos através de projetos coletivos e individuais.

Encontramos o Guia da Sócia – impresso produzido entre os anos de 1956 e 1960, segundo a catalogação da biblioteca da EMATER/RS –, manual com orientações para o arranjo da casa. Na apresentação, lê-se o seguinte: “Uma casa bem arrumada e enfeitada mostra que sua dona é caprichosa, além de dar à família mais alegria e conforto. Por isso você deve ajudar sua mãe a enfeitar sua casa! Seja você também, desde já, uma boa dona-de-casa!”.¹⁹ São elencadas também as tarefas para a sócia durante o ano. Além de comparecer às reuniões do Projeto Arranjo da Casa, e manter o caderno de anotações em dia, deve realizar algumas tarefas como: ferrar latas, fazer quadros de parede, armar prateleiras e revestir cadeiras. Para finalizar o projeto, é necessário fazer uma exposição do material produzido e uma demonstração, ensinando a outras pessoas algo que aprendeu.

O relatório de atividades do Conselho Estadual de Clubes 4-S para os anos de 1972/1974 apresenta os gastos com “material educativo”, como Folheto da Suinocultura, Folheto da Soja, Folheto da Horta Doméstica,²⁰ entre outros projetos desenvolvidos no Estado junto aos jovens, pois “o Conselho Estadual de Clubes 4-S, em suas atividades, considera a capacitação profissional dos jovens rurais como sendo meta prioritária”.²¹

Junto a uma fotografia do governador gaúcho, o documento informa que, “por ocasião da solenidade de entrega de prêmios aos campeões de 1972, no dia 25 de julho de 1973, foi assinado pelo Sr. Governador do Estado, doutor Euclides Triches, o Decreto 22556, que declara de utilidade pública o Conselho Estadual de Clubes 4-S do Rio Grande do Sul”.²²

Em seu trabalho sobre os Clubes 4-S em Santa Catarina, Claiton Márcio da Silva nos diz que o Manual 4-S foi reeditado várias vezes, com pequenas alterações. Porém, sua filosofia e seus objetivos permanecem fiéis ao Manual da década de 1950.

¹⁹ ASCAR, *Arranjo da Casa – Guia da Sócia* (Porto Alegre: EMATER/RS–ASCAR, 1956/1960), p. 3. Folheto digitalizado, 25 p., Biblioteca digital da EMATER/RS, <http://hdl.handle.net/20.500.12287/14216>.

²⁰ Conselho Estadual de Clubes 4-S, *Relatório de Atividades 1972/1974* (Porto Alegre: EMATER/RS–ASCAR, 1974), p. 6. Folheto, 22 p., Biblioteca digital da EMATER/RS, <http://hdl.handle.net/20.500.12287/16428>.

²¹ Conselho Estadual de Clubes 4-S, *Relatório de Atividades* (1974), p. 8.

²² Conselho Estadual de Clubes 4-S, *Relatório de Atividades* (1974), p. 15.

O pesquisador nos traz também algumas das vantagens de trabalhar com os jovens, conforme apontado pelo Manual dos Clubes 4-S:

- 1) É mais fácil moldar a mentalidade ainda em formação dos jovens, do que mudar as ideias já sedimentadas dos adultos.
- 2) Podemos conseguir mudanças de atitudes de adultos através do trabalho com jovens.
- 3) Quando se trabalha com um jovem, prepara-se um elemento que tem, praticamente, toda uma vida produtiva a serviço de uma nova ideia. Com adultos, o tempo é mais limitado.
- 4) O trabalho bem orientado a partir da juventude, no sentido de tornar a vida do campo mais aprazível, gera o amor às lides agrícolas, fixando as populações rurais e reduzindo o êxodo”.²³

Fica explícito, no trecho acima, que a intencionalidade do trabalho com os jovens através dos Clubes 4-S – um dos responsáveis pela disseminação da Revolução Verde na América Latina – era o de torná-los submissos ao capital, que se expandia e acumulava via Revolução Verde. Sendo “mais fácil moldar a mentalidade” dos jovens, seria possível torná-los dóceis e obedientes. Produzir alimentos através da modernização da agricultura era fundamental para o Projeto Desenvolvimentista definido pelo Estado Brasileiro. Nesse sentido, era imperativo “fixar as populações rurais e reduzir o êxodo rural”.

No folheto de 1981 produzido pela EMATER/RS com o título “Líderes e Jovens Atuantes Fazem Crescer o Rio Grande”, percebemos haver sintonia entre os objetivos e vantagens de trabalhar com os jovens e as aprendizagens a eles oferecidas sob a orientação da EMATER/RS. Algumas delas:

- viver em grupo numa sociedade em mudanças e trabalhar de forma cooperativa;
- criar, plantar, cultivar e colher com tecnologias que dão maiores rendimentos e mais lucros com os recursos disponíveis;
- administrar bem a propriedade e o lar para ter uma renda maior e as tarefas domésticas facilitadas;
- cultivar a amizade, a lealdade e a honestidade;
- TER ORGULHO DAS ATIVIDADES RURAIS.²⁴

²³ Claiton Marcio da Silva, “Saber, Sentir, Saber e Saúde” (2002).

²⁴ Expressão com maiúsculas no original. EMATER/RS, *Líderes e Jovens Atuantes Fazem Crescer o Rio Grande* (Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 1981). Folha avulsa impressa por um lado, Biblioteca da EMATER/RS, <http://hdl.handle.net/20.500.12287/52483>.

Em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, Paulo Freire discute a ação extensionista do agrônomo junto aos camponeses/agricultores. Nos diz que, para que a capacitação técnica seja orientada por uma perspectiva humanista e científica, ela precisa considerar a realidade cultural total do agricultor. Em relação à prática extensionista realizada pela EMATER/RS–ASCAR no período estudado, nos valem de Paulo Freire:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo,” o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase “coisa” o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autêntico. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações.²⁵

Para Fonseca, o projeto educativo desenvolvido pelos Clubes 4-S possuía um conteúdo muito claro em ocultar as contradições históricas da expropriação dos trabalhadores rurais.

o discurso dissimulava as causas e os efeitos reais da questão, ou seja, a existência das contradições inerentes à sociedade capitalista; ocultava a origem da divisão social e justificava a dominação no campo sob a aparência de que a exploração ou a subvida do agricultor brasileiro se deviam não a fatores históricos-estruturais específicos da formação social a que pertencia, mas sim a sua ignorância e marginalidade das conquistas técnico-científicas da sociedade urbano-industrial.²⁶

Podemos dizer que a Extensão Rural através dos Clubes 4-S agiu no sentido de implementar técnicas adequadas ao meio rural que possibilitassem o aumento da

²⁵ Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação?*, trad. Rosisca Darcy de Oliveira, 8ed. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), p. 13, livro em PDF, 65 p., acesso em 20 jan. 2022, https://docs.google.com/file/d/0B17CBePMBxFWVXIDY1RnSTdvbk0/edit?resourcekey=0-fiCaTRO1mEiHM4I6rf_w2w.

²⁶ Cíntia Wolfart e Marcos Vinicius Ribeiro, “O Adestramento da Juventude Rural: o modelo educativo de extensão rural para a reprodução do capital”, *Periferia*, v. 13, n. 2 (maio/ago. 2021), p. 275-302, acesso em 20 jan. 2022, <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/55962/39765>.

produtividade como alternativa aos problemas vivenciados pelos pequenos agricultores. A expropriação e a marginalização dos mesmos seriam resolvidas via modernização do campo. Todos os espaços possíveis de atuação entre os mais jovens foram ocupados. Se os Clubes 4-S atingiam os jovens entre 15 e 25 anos, os Clubes Agrícolas Escolares voltavam-se para as idades inferiores a 15. Esta será a discussão do próximo item.

4. OS CLUBES AGRÍCOLAS ESCOLARES

O projeto educativo é sempre um projeto histórico. Assim, olhar retrospectivamente para a história da educação nos leva obrigatoriamente a conhecer os interesses hegemônicos presentes em cada um dos tempos. Aqui vamos nos ocupar de olhar mais atentamente para a constituição dos Clubes Agrícolas que se fizeram presentes na educação brasileira, sobretudo a partir de 1960 até os anos de 1980.

Como temos visto, os clubes e/ou similares foram os instrumentos criados para educar, produzir o “novo trabalhador” que se fazia necessário com a emergente fase de desenvolvimento da sociedade capitalista. Aqui destacamos essencialmente os Clubes 4-S e os Clubes Escolares Agrícolas, que foram idealizados e disseminados para as escolas primárias.

Observa-se que a época de constituição e emergência dos Clubes, especificamente os Clubes Agrícolas, coincide com o período em que o Brasil muda seu eixo de produção/desenvolvimento baseado na produção primária e passa a investir numa nova perspectiva de produção fundamentada na industrialização e na modernização da agricultura via mecanização e uso de insumos industriais.

O historiador Bóris Fausto (1994) nos diz que, no período 1937-1945, a política econômica nacionalista incentivou as atividades econômicas urbanas e rurais: no âmbito urbano, com ênfase no desenvolvimento industrial e, no rural, na produção cafeeira e diversificação da agricultura.²⁷

É neste período que encontramos documentos e artigos na Revista do Ensino, produzida pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE), com o intuito

²⁷ Bóris Fausto, *História do Brasil* (São Paulo: Edusp, 1994).

de orientar as atividades desenvolvidas pelas escolas do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, encontramos artigos referentes aos Clubes Agrícolas, trazendo sua história e orientando sua constituição e organização junto às escolas.

No artigo publicado pela Revista sob o título “Clubes Agrícolas – Educação Rural”, Rute Ivoti Torres da Silva explica que os Clubes Agrícolas nasceram nos Estados Unidos no ano de 1909 e que sua existência inspirou a constituição dos mesmos no Estado do Rio Grande do Sul. A autora chama a atenção para o fato de que não houve uma simples transposição da ideia originada nos Estados Unidos; houve, obrigatoriamente, uma adaptação.²⁸

Indicada às escolas da zona urbana, o Clube, quando possível, senão apenas ligas de proteção ou amigos da natureza, esta será a consequência, o resultado das atividades gerais escolares, tendo como principal escopo formar a mentalidade agrícola pela dignificação do trabalho manual, para que o problema rural, considerado base da economia do país, encontre apoio entre os brasileiros em geral, em qualquer ramo dos conhecimentos humanos a que se dedicarem.²⁹

Ação mais ampla nas zonas rurais e mais restritas nas suburbanas, o Clube agrícola motivará, isto é, será centro da irradiação de todas as atividades escolares, porque proporciona o desenvolvimento integral do programa e comporta todas as outras instituições escolares, assim como estabelece uma ação contínua e recíproca entre a escola e o meio social.³⁰

Apesar do sugerido pela própria designação, o Clube Agrícola não se limitou às Escolas Primárias Rurais. Os clubes foram instituições que cumpriram um importante papel na formação das crianças e jovens, fossem do âmbito rural ou do urbano. Para esta instituição, independentemente de seu nome ou título, de acordo com seu espaço de inserção, colocava-se como imperativo um projeto educacional que contribuísse na formação do “novo trabalhador”. A educação cumpria um importante papel na difusão e internalização do projeto capitalista de modernização da sociedade e, neste sentido, os clubes, notadamente os Clubes Agrícolas Escolares, foram importante instrumento/mecanismo a dar suporte a este processo.

²⁸ Ruth Ivoti Torres Silva, “Clubes agrícolas escolares: educação rural”, *Revista do Ensino* v. 13 (Porto Alegre, jun. 1940), p. 48-53.

²⁹ Ruth Silva, “Clubes agrícolas escolares”, *Revista do Ensino* (1940), p. 51.

³⁰ Ruth Silva, “Clubes agrícolas escolares”, *Revista do Ensino* (1940), p. 52.

O clube agrícola foi uma instituição ambivalente, cumpriu adequadamente a função de intermediar as necessidades de imposição da cultura de produção e de consumo do capitalismo para o meio rural, e, ao mesmo tempo, mostrando para o aluno a importância do trabalho manual, extremamente digno quando realizado sob determinadas condições e independentemente do espaço em que é concretizado.³¹

A citação nos remete à ideia de que era necessário a assimilação/formação do trabalhador sob uma nova perspectiva do trabalho, a partir de um outro conjunto de valores e de hábitos que deveriam ser internalizados. Assim, vamos encontrar nos objetivos do Clube Agrícola: “dignificar o trabalho manual, elevar e engrandecer a vocação e a profissão do agricultor; incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica e demonstrando os rendimentos das lavouras e criações bem tratadas”.³² Colocava-se como imperativo a assimilação de novos conhecimentos, fundamentados na racionalidade científica e no consumo de novos e modernos instrumentos, produtos e insumos agrícolas que garantissem a elevação dos rendimentos da produção e das criações.

Pode-se dizer que foram sendo criadas novas necessidades de consumo na medida em que se ia formando o novo trabalhador, agora sob a concepção da dignificação do trabalho manual. O que se fazia necessário era a difusão e internalização de novos paradigmas de realização do trabalho manual, já sob o princípio da racionalidade científica trazida pelas demandas da sociedade do capital. Nos objetivos do Clube Agrícola, a ênfase na assimilação de uma nova concepção de bem-estar e beleza também se encontrava presente: “Fazer a propaganda, na comunidade rural, da vivenda bonita, confortável, alegre e higiênica, ensinando os sócios a achar belas a ordem e a limpeza”.³³

Dito de outra forma, os objetivos do Clube Agrícola primavam pela necessidade de produção/internalização de um conjunto de valores que compunham a “dignificação do trabalho manual”, que envolviam a produção de uma nova

³¹ Silvana Maria Gritti, *Educação Rural e Capitalismo* (Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003), p. 156.

³² CPOE/RS, “Estatutos do clube agrícola escolar: da denominação sede e objetivos”, *Revista do Ensino* v. 7 (Porto Alegre, mar. 1940), p. 231.

³³ CPOE/RS, “Estatutos do clube agrícola escolar”, *Revista do Ensino* (1940), p. 231.

subjetividade em relação à vida do trabalhador. O conforto, a alegria, a higiene, a ordem e a limpeza eram valores a serem perseguidos em outro patamar de realização, que não aquele que existia em decorrência do trabalho que o trabalhador rural realizava, mas sim sob os princípios da nova racionalidade, sob os auspícios da nova ordem capitalista.

Desta forma, no Estado do Rio Grande do Sul, [...] “os clubes agrícolas representaram um instrumento fundamental na concretização dos objetivos do ensino primário, que visavam à dignificação do trabalho manual. Pretendia ‘orientar vocações’ e não profissionalizar. O clube agrícola, embora o nome sugira uma especialidade em sua concretização, não se restringiu às escolas rurais”.³⁴

Assim, de forma geral, tem-se observado que a constituição de clubes, fossem eles ligados às escolas ou não, foi uma estratégia criada com o objetivo de “educar” as crianças e os jovens na perspectiva dos valores advindos da nova realidade de produção e consumo que se desenhava no horizonte da sociedade. Por isso, no período de 1960 até 1980 observa-se um grande movimento no sentido de criação de clubes: surgem os Clubes 4-S, que abrangem, prioritariamente, os jovens que não estão ligados à escola – no caso, a escola primária – e os Clubes Agrícolas, que vão incidir sobre a educação das crianças que frequentam a escola primária.

Os Clubes Agrícolas Escolares apresentam semelhanças, mas também diferenças em relação aos Clubes 4-S. Ambos foram instituídos no contexto da expansão do capitalismo e da ascensão dos Estados Unidos como potência imperialista. Objetivavam a tecnificação do meio rural, com o propósito de aumentar a produtividade, num momento em que se processava a industrialização e a urbanização. O meio rural era visto como arcaico, “atrasado” e, portanto, era necessário civilizá-lo e modernizá-lo, o que seria feito através da Extensão Rural. Os Clubes Agrícolas Escolares eram instituições escolares, destinadas aos jovens que frequentavam as Escolas Primárias Rurais, pois a educação rural tinha papel fundamental na expansão dos valores capitalistas no campo.

³⁴ S. Gritti, *Educação Rural e Capitalismo* (2003), p. 115.

Atendendo as exigências da educação integral e levando em conta não urbanizar completamente a escola da roça, nem ruralizar “in tatum” a escola da cidade, duas devem ser as modalidades principais do Clube Agrícola em nossa escola primária, a fim de ser adaptado a todas as zonas do nosso Estado.³⁵

5. A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NOS CLUBES AGRÍCOLAS ESCOLARES

Na constituição dos Clubes Agrícolas, os professores tiveram um notório protagonismo. Foram eles os dirigentes, os organizadores, aqueles que contribuíram na criação das condições objetivas de viabilização das aprendizagens, tanto referentes aos processos de constituição como na garantia de suas atividades. Em entrevista com Zilda Sgarbi, no ano de 2005, o professor Severio Terribele, que foi professor em escola primária rural, relata que a escola deveria ensinar aos alunos os “primeiros conhecimentos das primeiras técnicas de agricultura”. E explica como a escola vai cumprir esta tarefa:

Então, para conseguir isto, a gente fundou o Clube Agrícola, era uma instituição [...] dela faziam parte professores dirigentes do clube, dirigentes próprios que o Clube tinha, sua diretoria, seu presidente, tinha seu tesoureiro, tinha seu secretário, alunos no estabelecimento, e tinham como objetivo eles mesmos se interessarem pelo cultivo de hortas, pela implantação de pomares, por pequenas culturas, a gente cultivava milho, a gente cultivou um pouco de trigo, a gente cultivou feijão, etc., e o fruto desse trabalho, o que não era consumido para a merenda da escola, era comercializado e o fruto dessa comercialização era rateada, 40% para a escola, 30% para o Clube, para o caixa do próprio Clube e o restante era rateado entre os sócios, entre os alunos associados deste Clube, e este Clube Agrícola foi fundado, foi registrado, deve ter o registro dele [...] no Ministério da Agricultura através dele nós conseguimos [...], enxadas, [...] pás, pás de corte, pás de concha, ancinhos, máquina pulverizadora, as picaretas, uma série de ferramentas, tesoura de poda, serrote de poda, etc., que eram utilizados no pomar, e também se conseguiam mais facilmente mudas [...], frutíferas, formamos um pomar, foi na época um pomar muito caprichado, muito bonito, que fornecia frutas que eram consumidas na escola que eram consumidas pelos alunos e pela comunidade, e também o trabalho da horta, então era utilizado muita coisa na merenda. E é assim, este era o objetivo.³⁶

As atividades realizadas pelo Clube Agrícola mereceram elogios do Orientador de Educação Rural da Coordenadoria de Educação sediada em Erechim e responsável,

³⁵ Ruth Silva, “Clubes agrícolas escolares”, *Revista do Ensino* (1940), p. 51.

³⁶ Zilda Olinda Sgarbi, Entrevista com o Professor Severio Terribele (2005), arquivo particular das pesquisadoras.

pedagógica e administrativamente, pela Escola Rural de Rio Quinto. Registrou o Orientador no Livro de Visitas, no dia 19 de novembro de mil novecentos e sessenta e nove, o seguinte: “No que concerne às Instituições destacam-se com brilhantismo o Clube Agrícola, Biblioteca Escolar, Associação de Pais e Mestres, pelo que deixo meu voto de louvor”.³⁷ No período da expansão da Extensão Rural e da modernização agrícola, inclusive das pequenas propriedades, o Clube Agrícola da Escola Rural de Rio Quinto estava executando as tarefas a ele atribuídas, e com brilhantismo. O depoimento do Professor Terribele também permite dizer que estavam concretizando-se os objetivos dos Clubes Agrícolas Escolares, de incentivo à policultura e o ensino de métodos racionais, bem como os princípios da agricultura científica através da obtenção de mudas e instrumentos, como foi lembrado pelo Professor.

Os rendimentos eram demonstrados, uma vez que a produção agrícola do Clube era utilizada na escola e o restante era comercializado e partilhado. Nos arquivos da Escola de Rio Quinto, um recibo coletivo comprova a partilha dos rendimentos, que iam de 15,00 cruzeiros a 1,00 cruzeiro. O recibo não é datado, mas consta o nome dos sócios e o valor correspondente a cada um. Com o depoimento do Professor e com os registros encontrados na escola, podemos afirmar que a formação do “novo trabalhador” se materializava, sob os novos princípios modernos e científicos da agricultura.

Como Política Pública, a ação extensionista atingiu todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1966, no Grupo Escolar Rural Rio Branco, anteriormente Escola Rural Isolada Rio Branco, Distrito do interior do Município de Mariano Moro, o Interventor Municipal, na reunião do Círculo de Pais e Mestres, “informou de que breve ‘futuramente’ teríamos no Grupo um operário rural, demonstrando para isso o Senhor Interventor vivo interesse nesse sentido”.³⁸

Nos demais documentos do arquivo escolar não encontramos referência à presença do operário rural. Portanto, se a promessa do Interventor Municipal de que o Grupo Escolar contaria com a presença de um operário rural foi ou não cumprida

³⁷ Livro de Visitas, 19 nov. 1969, Escola Rural de Rio Quinto, Município de Marcelino Ramos, RS.

³⁸ Livro de Reuniões do Círculo de Pais e Mestres, Ata n. 5, 11 set. 1966, Grupo Escolar Rural Rio Branco, Município de Mariano Moro, RS.

não podemos confirmar. Mas o importante é destacar que a modernização da agricultura via ação extensionista perpassou pelos estabelecimentos de ensino que contribuíram para sua propagação e legitimação, enquanto nova e moderna forma de produzir.

Nas Atas de Reuniões dos professores de planejamento pedagógico e administrativo e nas Atas do Círculo de Pais e Mestres encontramos várias referências ao Clube Agrícola. Os registros encontrados dizem respeito à limpeza do terreno do Clube Agrícola ou à colheita dos produtos, sendo o milho e a soja os produtos citados. Como exemplo, temos a ata de 26/4/1975 da reunião pedagógica realizada pelos professores. Um dos assuntos tratados foi a colheita da soja: “Também foi resolvido que todas as turmas vão participar da colheita da soja do Clube Agrícola a qual foi estabelecida para esta semana”.³⁹

A última ata que cita o Clube Agrícola foi a de 19/08/78, isto no livro de Reuniões do Círculo de Pais e Mestres de 1970/1992:

... reunidos para tratar dos seguintes assuntos: “cultivo do terreno da escola, ficando combinado que por intermédio das crianças fazer mudas de pinheiro em latinhas para serem plantadas no ano que vem e este ano cultivar o terreno com os pais reunindo-se dia 25 deste a tarde quem com boi e arado, quem com enxada.”⁴⁰

Por quanto tempo o Clube Agrícola existiu como uma das Instituições da Escola, e como foi sua atuação? Não encontramos registros que nos esclarecessem. Os dados contidos nas atas evidenciam que os pais também foram envolvidos nos processos de aprendizagens dos “novos e modernos métodos de produção”.

Embora os professores tiveram importante participação na constituição e implementação dos Clubes Agrícolas, destes nem todos os professores da escola participavam. Isso fica evidente na fala da Professora da escola primária rural, I. N. F., em entrevista realizada em 18 de dezembro de 2021: ela diz não lembrar de ter participado de uma reunião específica para discutir o Clube Agrícola, também relata

³⁹ Livro de Reuniões de Professores, Ata de 26 abr. 1975, Grupo Escolar Rural Rio Branco, Município de Mariano Moro, RS.

⁴⁰ Livro de Reuniões do Círculo de Pais e Mestres 1970/1992, Ata de 19/08/78, Grupo Escolar Rural Rio Branco, Município de Mariano Moro, RS.

que nunca teve acesso a documentos do mesmo, nem sabe se existiam. Comenta que, além do cultivo do milho, plantavam abóbora, moranga, beterraba, cenoura, repolho e demais hortaliças que eram utilizadas na merenda escolar; acrescenta que o que sobrava repartiam com os alunos. À pergunta sobre o envolvimento dos alunos com as atividades, responde: “Os alunos gostavam de ir. Não sei se é porque se livravam da sala.” Em sua fala evidencia a relação impositiva e autoritária com que o Clube Agrícola era materializado na escola, dizendo que “a constituição do Clube Agrícola e a participação dos professores ‘vinha de cima’. As professoras iam com os alunos e não reclamavam. Era ordem que vinha de cima e todo mundo ia”.⁴¹

Nesse sentido, pode-se dizer que os Clubes Agrícolas foram o espaço extensionista, por onde se vinculou o projeto de modernização da agricultura para o campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação e manutenção de um projeto hegemônico necessita que se conquiste “mentes e corações”. Assim, a escola e a educação, tem sido historicamente colocada como uma importante instituição/instrumento primordial na materialização deste intento. A implementação do projeto da “Revolução Verde”, deu-se como um desdobramento de ações educativas no campo e na cidade via ações extensionistas que primavam pela tecnificação da agricultura, com o propósito de aumentar a produtividade, mesmo a da pequena propriedade.

Para tanto várias foram as estratégias colocadas em prática. Aqui, nos referimos particularmente a efetivação de Clubes, e especificamente dos Clubes Agrícolas Escolares e 4S(s). A instituição estatal responsável pela expansão extensionista no Rio Grande do Sul foi a EMATER/RS que atuava diretamente junto a propriedade dos pequenos agricultores orientando-os na produção agrícola a partir de ‘técnicas científicas e racionais’. Os jovens rurais eram atraídos ao mundo da modernização agrícola via os Clubes 4S e os de faixa etária inferior a estes, participavam das atividades dos Clubes Agrícolas Escolares, efetivados pelo trabalho

⁴¹ Isabel Rosa Gritti, Entrevista com a Professora I. N. F., 18 dez. 2021, arquivo particular das pesquisadoras.

“impositivo” aos professores. Como demonstramos no texto, as ações dos Clubes Agrícolas Escolares eram “supervisionadas” por um Coordenador da Educação Rural. Diante das discussões apresentadas no texto, ainda que breves, podemos afirmar que a ação extensionista atingiu as escolas dos mais remotos recantos do território gaúcho, uma vez que era uma Política Pública. A proposta da ação extensionista era a de expandir a Revolução Verde via modernização da agricultura, e para isso era necessário conquistar as “mentes” dos pequenos agricultores produzindo novas subjetividades, agora advindas das novas, modernas e científicas formas de produzir.

REFERÊNCIAS

Anne-Emanuelle Birn, *Marriage of convenience: Rockefeller International Health and revolutionary Mexico* (Rochester: University of Rochester Press).

Chris J Shepherd, *Imperial Science: The Rockefeller Foundation and Agricultural Science in Peru, 1940-1960*, *Science as Culture* 14, no. 2, p. 113-137, jun. 2005.

Christophe Charle, “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas” in Flávio Heinz (org.), *Por outra história das elites* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006).

Claiton Márcio da Silva, *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil* (Guarapuava: Editora Unicentro/Editora UFPR, 2015).

Claiton Márcio da Silva, “Between Fenix and Ceres - The Great Acceleration and the Agricultural Frontier in the Brazilian Cerrado”, *Varia Historia* 34, no 65, p. 409-444, 2018, dossier *The Great Acceleration*, edited by Antoine Acker and Georg Fischer.

Claiton Márcio da Silva, “Nelson Rockefeller, Kenneth Kadow e a experiência esquecida da modernização da agricultura na América Latina (1944-1946)” in Magali Romero Sá; Dominichi Miranda de Sá; André Felipe Cândido da Silva (org), *As ciências na história das relações Brasil-EUA* (Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2020).

Darwin Stapleton, “An Investment in Leadership”: Rockefeller Foundation Fellowships and the Globalization of Public Health Knowledge, 1915-1940, *História: debates e tendências* 21, no. 3, p. 16-34, 2021.

Deborah Fitzgerald, *Exporting American Agriculture: the Rockefeller Foundation in Mexico, 1943-1953*, *Social Studies of Science* 16, p. 457-483, 1986.

Diana Alejandra Méndez Rojas. “The Rockefeller Foundation Fellowship Program in Mexico: Circulation of Students, Agronomic Professionalization and Modernization, 1940-1970”. *RAC Research Reports*, 2019, 15p., accessed July 17, 2022, <https://rockarch.issuelab.org/resources/35843/35843.pdf> .

Gabriela Soto Laveaga, “Designing Agricultural Programs in Mexico and India: Challenges, Successes and Missed Opportunities”. RAC Research Reports, 2022, 14 p., accessed July 17, 2022, <https://rockarch.issueelab.org/resources/39434/39434.pdf> .

GRITTI, Silvana M. Educação Rural e Capitalismo. Passo Fundo: UPF, 2003.

Hebe Vessuri, Foreign Scientists, the Rockefeller Foundation and the Origins of Agricultural Science in Venezuela, *Minerva* 32, no. 3, p. 267-296, September 1994.

J. R. McNeill; Peter Engelke. The Great Acceleration - An Environmental History of the Anthropocene since 1945 (Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 2014).

John H. Perkins, The Rockefeller Foundation and the green revolution, 1941-1956, *Agriculture and Human Values* 7, no. 3, p. 6-18, 1990.

Joseph Cotter, *Troubled Harvest: Agronomy and Revolution in Mexico, 1880-2002*. (Westport, Connecticut; London: Praeger, 2003).

L. M. Roberts, The Rockefeller Foundation Program in the Agricultural Sciences, *Economic Botany* 15, no. 4, October-December, p. 296-301, 1961.

Lina Faria, *Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007).

Lina Faria; Maria Conceição da Costa, *Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford*. *Dados - Revista de Ciências Sociais* 49, no. 1, 2006.

Liping Bu, *Saúde Global da Fundação Rockefeller e Desenvolvimento da Saúde Moderna na China*. *História: debates e tendências* 21, no. 3, p. 54-79, 2021.

Marcos Cueto (ed.). *Missionaries of science: the Rockefeller Foundation and Latin America* (Bloomington: Indiana University Press, 1994).

Maria Gabriela S. M. C. Marinho, *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)* (Campinas, São Paulo: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2001).

Rockefeller Archive Center. *The Rockefeller Foundation's Mexican Agriculture Program, 1943-1965*, accessed July, 2022, <https://resource.rockarch.org/story/the-rockefeller-foundations-mexican-agriculture-program-1943-1965/> .

Rômulo Paula de Andrade, “Uma floresta cheia de vírus!” *Ciência e desenvolvimento nas fronteiras amazônicas*, *Revista Brasileira de História* 39, no. 82, p. 20-42, September-December 2019, accessed July 17, 2022, <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n82-02> .

The Rockefeller Foundation, Annual Report, 1950, 1951, 1955, 1957, 1960.

The Rockefeller Foundation, *Directory of Fellowships and Scholarships (1917-1970)* (Nova York: The Rockefeller Foundation, 1972).

The Rockefeller Foundation, *History of the Fellowship Program at the Rockefeller Foundation, RAC, RF, RG 10.2, Fellowship Recorder Cards.*

The Rockefeller Foundation, *The Rockefeller Foundation - a digital history: Mexico*, accessed July 17, 2022, <https://rockfound.rockarch.org/pt/mexico> .

Thomas Glick, “A Fundação Rockefeller e a emergência da genética no Brasil, 1943-1960” in: Heloisa Maria Bertol Domingues; Magali Romero Sá; Thomas Glick (eds), *A recepção ao darwinismo no Brasil*. (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003), p. 145-163.

Agricultural Extension and Agricultural School Clubs in Rio Grande do Sul, Brazil

ABSTRACT

The present article aims to show the role of agricultural school clubs in rural primary schools in the State of Rio Grande do Sul in the period of expansion of agricultural modernization, particularly from 1960 to 1980. Agricultural modernization and, as a result, the Green Revolution reached small farmers through rural extension implemented by EMATER/RS-ASCAR, government agency for agricultural extension in Rio Grande do Sul. There were several actions developed with small rural producers and their children so that agricultural technology, technological packages, and subsidized credit were present in the farmer's production process. Extension actions coordinated by technicians reached the entire family group, through different strategies for the owner, his wife and their children. Children who attended the school participated in the activities carried out by the agricultural school clubs, one of the institutions that were part of the school. The discussion developed here is supported by documents from EMATER/RS-ASCAR, from rural primary school minutes books, and from educational journals.

Keywords: agricultural school clubs; rural extension; green revolution.

Recibido: 16/05/2022
Aprovado: 18/07/2022